

ABUSO SEXUAL INFANTIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DA CRIANÇA

CHILD SEXUAL ABUSE AND ITS CONSEQUENCES ON THE CHILD'S LIFE

ABUSO SEXUAL INFANTIL Y SUS CONSECUENCIAS EN LA VIDA DEL NIÑO

Carlos Eduardo de Lima¹
Izadora Popenga Prechlak²
Luísa Medina Fermino Carlos³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as consequências do abuso sexual na infância, com foco nos impactos psicológicos, sociais e escolares. A escolha por um enfoque exclusivo na infância se justifica pela necessidade de evidenciar que os impactos dessa violência não se restringem à vida adulta, mas já se manifestam de forma imediata e concreta na experiência infantil. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão narrativa da literatura, em bases de dados acadêmicas, contemplando publicações em português entre 2005 e 2025 que abordassem especificamente o abuso sexual infantil. Os estudos revelam que a violência compromete o equilíbrio emocional da criança, desencadeando sentimentos de medo, vergonha e insegurança, além de sintomas de ansiedade, depressão e risco de transtorno de estresse pós-traumático. No âmbito das relações sociais, constatou-se que muitas vítimas apresentam retraimento, isolamento e dificuldades na construção de vínculos, o que fragiliza as interações familiares, escolares e comunitárias. No espaço escolar, observou-se queda no rendimento, evasão e estigmatização, evidenciando que a escola ainda carece de preparo para reconhecer e intervir adequadamente nos casos. Conclui-se que o enfrentamento do abuso sexual infantil exige ações articuladas, que unam prevenção, formação profissional e fortalecimento das redes de proteção, assegurando à criança um ambiente de desenvolvimento seguro, saudável e digno.

1235

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Desenvolvimento da criança. Consequências psicológicas. Impactos sociais. Desempenho escolar.

ABSTRACT: This article aims to analyze the consequences of childhood sexual abuse, focusing on its psychological, social, and educational impacts. The choice of focusing exclusively on childhood is justified by the need to demonstrate that the impacts of this violence are not limited to adulthood, but already manifest themselves immediately and concretely in childhood experiences. The research was conducted through a narrative literature review of academic databases, including publications in Portuguese between 2005 and 2025 that specifically addressed child sexual abuse. Studies reveal that violence compromises children's emotional balance, triggering feelings of fear, shame, and insecurity, as well as symptoms of anxiety, depression, and the risk of post-traumatic stress disorder. In terms of social relationships, it was found that many victims experience withdrawal, isolation, and difficulty building bonds, which weakens family, school, and community interactions. In schools, declines in performance, dropout rates, and stigmatization were observed, highlighting that schools still lack the preparation to recognize and intervene appropriately in these cases. It is concluded that tackling child sexual abuse requires coordinated actions that combine prevention, professional training and strengthening of protection networks, ensuring children a safe, healthy and dignified development environment.

Keywords: Child sexual abuse. Child development. Psychological consequences. Social impacts. School performance.

¹ Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Univel.

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univel.

³ Orientadora: psicóloga e docente no Centro Universitário Univel.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar las consecuencias del abuso sexual infantil, centrándose en sus impactos psicológicos, sociales y educativos. La elección de centrarse exclusivamente en la infancia se justifica por la necesidad de demostrar que los impactos de esta violencia no se limitan a la edad adulta, sino que ya se manifiestan de forma inmediata y concreta en las experiencias de la infancia. La investigación se realizó mediante una revisión narrativa de la literatura en bases de datos académicas, incluyendo publicaciones en portugués entre 2005 y 2025 que abordaron específicamente el abuso sexual infantil. Los estudios revelan que la violencia compromete el equilibrio emocional de los niños, desencadenando sentimientos de miedo, vergüenza e inseguridad, así como síntomas de ansiedad, depresión y riesgo de trastorno de estrés postraumático. En cuanto a las relaciones sociales, se encontró que muchas víctimas experimentan retraimiento, aislamiento y dificultad para construir vínculos, lo que debilita las interacciones familiares, escolares y comunitarias. En las escuelas, se observaron descensos en el rendimiento, tasas de deserción escolar y estigmatización, lo que pone de relieve que las escuelas aún carecen de la preparación para reconocer e intervenir adecuadamente en estos casos. Se concluye que el enfrentamiento al abuso sexual infantil requiere de acciones coordinadas que combinen prevención, formación profesional y fortalecimiento de las redes de protección, garantizando a la niñez un entorno de desarrollo seguro, saludable y digno.

Palabras clave: Abuso sexual infantil. Desarrollo infantil. Consecuencias psicológicas. Impacto social. Rendimiento escolar.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil constitui uma grave violação dos direitos fundamentais da criança, sendo uma forma silenciosa de violência que compromete o desenvolvimento físico, emocional e social da vítima (Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), 2014). De acordo com o Ministério da Saúde (2002), se trata de qualquer interação sexual imposta à criança, com ou sem contato físico, geralmente praticada por alguém em posição de poder ou confiança. No Brasil, os casos de abuso sexual infantil representam uma emergência social e de saúde pública, agravada pelo fato de ocorrerem, muitas vezes, dentro do ambiente familiar ou em contextos de proximidade (DESLANDES SF, 2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) assegura a proteção contra qualquer forma de negligência, exploração, violência e crueldade, incluindo a violência sexual. A Lei nº 13.431/2017 institui um sistema de garantia de direitos da criança vítima ou testemunha de violência, reforçando a importância da escuta protegida e do atendimento integrado. Já a Lei nº 14.811/2024 classificou a violência sexual contra crianças como crime hediondo, destacando a necessidade de prevenção, acolhimento e rigor punitivo (BRASIL, 2024).

Apesar de sua gravidade, o abuso sexual infantil ainda é marcado por alta frequência e subnotificação. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Disque 100 registrou mais de 18 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2022, sendo a maioria meninas entre 7 e 14 anos (BRASIL, 2023). Entretanto, o número real pode ser muito maior, já que muitas vítimas não conseguem relatar a violência, especialmente quando o agressor é alguém próximo (DESLANDES SF, 2005).

Compreender os efeitos do abuso sexual na infância é essencial, pois esse é um período fundamental do desenvolvimento humano. Experiências de violência nessa fase comprometem a identidade, a autoestima, os vínculos afetivos e a percepção de segurança no mundo (ROCHA-COUTINHO ML e SOUZA MA, 2008). Quando essa trajetória é interrompida, surgem consequências que se manifestam de forma imediata na vida da criança, como insegurança, sofrimento emocional, dificuldades escolares e sociais (FERREIRA RJ e TRINDADE ZA, 2012).

Diante desses múltiplos impactos, este trabalho tem como objetivo geral investigar as consequências do abuso sexual na vida da criança, com ênfase nas áreas psicológica, social e escolar. De forma mais específica, busca-se analisar o impacto do abuso sexual no desenvolvimento emocional da criança, compreender suas implicações nas interações sociais e avaliar os efeitos na trajetória escolar. A escolha por esse enfoque exclusivo na infância se justifica pela necessidade de evidenciar que os efeitos dessa violência não se limitam à vida adulta, mas já se manifestam precocemente, interferindo diretamente nas vivências, vínculos e oportunidades da criança. A intenção é contribuir com evidências que subsidiem ações de prevenção, práticas de acolhimento e intervenções mais eficazes e fundamentadas no respeito à integralidade e singularidade da criança. Segundo Rother (2007), revisão narrativa é um método que possibilita a síntese crítica e interpretativa da literatura existente sobre determinado tema, sem o rigor estatístico das revisões sistemáticas. Optou-se por essa abordagem por permitir uma análise ampla e contextualizada das consequências do abuso sexual infantil, reunindo diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre o fenômeno.

1237

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, e utilizará como método de investigação uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo é investigar e se aprofundar nas consequências do abuso sexual infantil na vida da criança.

A pesquisa foi realizada em bases de dados eletrônicas, como Scielo, Google Acadêmico, utilizando descritores como “abuso sexual infantil”, “consequências psicológicas”, “impactos sociais” e “desempenho escolar”. A seleção dos artigos ocorreu por meio de uma busca sistemática, considerando as publicações mais relevantes dos últimos 20 anos. Para garantir a atualidade dos dados, priorizaram-se artigos publicados entre 2005 e 2025, em língua portuguesa, abordando especificamente os impactos do abuso sexual na infância. Documentos com foco em populações adultas ou que abordassem o abuso sexual de maneira genérica foram excluídos.

Depois de reunir os artigos, os dados foram organizados de maneira qualitativa, classificando as consequências do abuso sexual infantil em três categorias principais: psicológica, social e acadêmica. Essa estruturação facilitou a identificação das tendências predominantes nos estudos analisados, bem como a identificação de concordâncias e discordâncias nos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O abuso sexual infantil constitui uma das formas mais graves de violação de direitos humanos, com impactos que se manifestam de maneira imediata e se prolongam por toda a vida da vítima. Mais do que um problema de caráter individual ou familiar, trata-se de um fenômeno social e estrutural, que exige reflexão crítica acerca de suas consequências e das respostas institucionais mobilizadas para seu enfrentamento. Os dados mais recentes sobre o tema evidenciam a gravidade da situação. De acordo com a Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), as denúncias de crimes contra crianças e adolescentes cresceram 22,6% em 2024, totalizando quase 290 mil registros no país (SENADO FEDERAL, 2025). Embora parte desse aumento decorra do fortalecimento dos canais de denúncia e da maior conscientização social, especialistas alertam que os números também refletem a persistência e a disseminação da violência sexual no Brasil, indicando falhas na proteção integral prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A campanha Maio Laranja, organizada em diferentes estados brasileiros, reforça esse cenário alarmante. No Paraná, por exemplo, os dados divulgados pela Assembleia Legislativa apontam que três crianças são abusadas por hora no Brasil, sendo 51% das vítimas crianças de 1 a 5 anos de idade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2025). Além disso, estima-se que cerca de 500 mil crianças e adolescentes sejam explorados sexualmente todos os anos no país, o que revela a dimensão do problema e a vulnerabilidade extrema da infância. O 19º

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025) também confirma a gravidade da situação: em 2024, foram registradas 87.545 ocorrências de estupro e estupro de vulnerável, das quais 76,8% envolveram crianças e adolescentes com menos de 14 anos. Outro dado preocupante é que, em 59% dos casos, o autor era um familiar da vítima, e 69,1% ocorreram dentro da própria residência, espaço que deveria ser de proteção. Essas estatísticas apontam para uma característica central da violência sexual infantil: seu caráter relacional, na medida em que é frequentemente praticada por pessoas próximas, em contextos de confiança e afeto.

Ao considerar esses números, torna-se evidente a necessidade de um enfoque exclusivo na infância, compreendida como um período sensível e decisivo para o desenvolvimento humano. A infância é o momento em que se constituem a identidade, a autoestima, as primeiras referências sociais e os vínculos afetivos. Nesse sentido, o abuso sexual não pode ser interpretado apenas como um evento cujo impacto será sentido futuramente, mas como uma violência que produz consequências imediatas e concretas na vida da criança (ROCHA-COUTINHO ML e SOUZA MA, 2008). Pesquisas demonstram que ao restringir a análise às repercussões na vida adulta, corre-se o risco de invisibilizar o sofrimento presente, uma vez que desde os primeiros momentos após a violência, a criança já pode apresentar sintomas como ansiedade, retraimento, queda no rendimento escolar e dificuldades de socialização (FERREIRA RJ e TRINDADE ZA, 2012). Assim, o foco na infância permite reconhecer que os danos são vivenciados desde cedo, exigindo intervenções que não apenas previnam consequências futuras, mas que também respondam às necessidades imediatas das vítimas.

1239

No campo do desenvolvimento emocional da criança vítima de abuso sexual, os impactos são particularmente significativos. A experiência da violência interrompe a formação da confiança básica na figura do outro, comprometendo a capacidade da criança de lidar com suas emoções e construir relações seguras (HABIGZANG LF, et al., 2006). Entre os sintomas mais recorrentes observados estão quadros de ansiedade, depressão, irritabilidade, dificuldades no controle emocional e retraimento social (FERREIRA RJ e TRINDADE ZA, 2012). Essas manifestações emocionais de vítimas de abuso, exigem uma compreensão holística, que envolve o acolhimento da pessoa, atendimento clínico e psicossocial.

Outro aspecto relevante é que muitas vítimas desenvolvem sentimentos de culpa ou responsabilidade pelo ocorrido, o que fragiliza sua autoestima e dificulta a elaboração simbólica da violência (AZEVEDO MA e GUERRA VNA, 2009). Esse dado demonstra a importância

de intervenções que promovam a ressignificação da experiência e a desconstrução de narrativas que culpabilizam a vítima, evitando que a criança carregue sozinha o peso da violência sofrida. Em situações mais graves, pode ocorrer o desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), marcado por pesadelos, revivência da cena de violência e hipervigilância (HABIGZANG LF e CAMINHA RM, 2004). Esse quadro, quando não identificado e tratado, pode se cronificar, afetando a trajetória escolar, as relações sociais e a saúde mental futura, o que reforça a urgência de estratégias de detecção precoce e acompanhamento terapêutico especializado.

Além disso, a violência sexual compromete a capacidade da criança de reconhecer e nomear emoções, prejudicando o desenvolvimento da inteligência emocional e da regulação afetiva (ROCHA-COUTINHO ML e SOUZA MA, 2008). Essa limitação não deve ser vista apenas como uma consequência clínica, mas como um obstáculo ao pleno desenvolvimento humano e à cidadania, na medida em que restringe as possibilidades de inserção social saudável. Dessa forma, discutir os impactos emocionais do abuso sexual na infância implica compreender não apenas os sintomas descritos pelas pesquisas, mas também refletir sobre a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que ofereçam suporte psicológico, escolar e comunitário capazes de interromper o ciclo da violência e favorecer a reconstrução da subjetividade.

1240

As implicações do abuso sexual também se estendem às interações sociais, que são fundamentais para o desenvolvimento saudável. A infância é o período em que a criança aprende a compartilhar experiências, construir noções de pertencimento e desenvolver relações de confiança. Quando submetida à violência sexual, porém, esse processo é gravemente afetado. Galvão e Cavalcanti (2007) apontam que vítimas de abuso apresentam maior dificuldade em estabelecer vínculos interpessoais, manifestando retraimento, isolamento ou mesmo agressividade como estratégias defensivas diante de um mundo percebido como hostil (HABIGZANG LF, et al., 2006; CAVALCANTI V e GALVÃO MTG, 2007). No ambiente familiar, onde a maior parte dos casos ocorre, a criança vivencia a ruptura da noção de segurança básica, essencial para a constituição dos vínculos (DESLANDES SF, 2005). Essa quebra compromete não apenas a relação com o agressor, mas também com outros membros da família, muitas vezes marcados pelo silenciamento ou descrédito do relato (AZEVEDO MA e GUERRA VNA, 2009). Essa dinâmica pode levar ao isolamento emocional, à dificuldade de comunicação e à internalização da violência como algo que não pode ser revelado.

Na escola, espaço central para a socialização, os efeitos do abuso tornam-se ainda mais visíveis. Crianças vítimas de violência sexual frequentemente apresentam dificuldades de concentração, resistência em frequentar as aulas, queda no rendimento e risco de evasão (FERREIRA RJ e TRINDADE ZA, 2012). Ademais, alterações de comportamento — como retraimento, hostilidade ou passividade extrema — são muitas vezes interpretadas de forma equivocada como indisciplina ou desinteresse (GOMES R e MINAYO MCS, 2017). Essa interpretação incorreta reforça processos de exclusão e estigmatização, ampliando o sofrimento e perpetuando o ciclo de marginalização social (ASSIS SG, AVANCI JQ e PESCE RP, 2004; SILVA JL e MELLO AS, 2013). Entretanto, a escola também possui potencial estratégico para identificar sinais de violência e encaminhar a criança para a rede de proteção. Ocorre, porém, que muitos professores ainda carecem de formação para lidar com suspeitas ou confirmações de abuso, o que fragiliza a capacidade de resposta institucional (BRINO RF e WILLIAMS LCA, 2003). Essa realidade evidencia a urgência de investir em capacitação docente e no fortalecimento da escola como espaço seguro, capaz de acolher, apoiar e ressignificar experiências de violência.

Por fim, é importante ressaltar que os impactos do abuso sexual infantil transcendem o nível individual, alcançando dimensões coletivas e sociais. Crianças que vivenciam o trauma tendem a se afastar de grupos comunitários, atividades de lazer e espaços de convivência, o que limita oportunidades de socialização e aumenta a vulnerabilidade a novas formas de violência e exclusão (HABIGZANG LF e CAMINHA RM, 2004; MINAYO MCS, 2002). Ao comprometer a confiança, a participação e a capacidade de interação, o abuso rompe não apenas vínculos afetivos imediatos, mas também oportunidades de pertencimento e de integração social. Essa dimensão coletiva exige que família, escola, comunidade e rede de proteção atuem de maneira articulada, de modo a reconstruir a confiança, fortalecer a autoestima e garantir o direito da criança de crescer em ambientes seguros e acolhedores.

A análise dos impactos do abuso sexual infantil evidencia que a superação desse fenômeno não depende apenas do atendimento individual à vítima, mas requer o fortalecimento das políticas públicas e a integração entre os diferentes setores da rede de proteção. Estudos recentes apontam que, embora haja avanços, ainda persistem lacunas significativas no enfrentamento institucional, seja pela insuficiência de serviços especializados, seja pela desigualdade na distribuição territorial dos equipamentos públicos (MAIA NETO A, TORRES RM e LEITÃO MNS, 2025).

Além disso, a literatura destaca que a formação profissional é um dos principais desafios: professores, profissionais de saúde e assistentes sociais frequentemente não recebem capacitação adequada para identificar sinais de violência e encaminhar os casos (DA COSTA PAULA A, REYES ORMENO LM e MATOS IT, 2024; VIEIRA LJES, et al., 2015). Essa deficiência compromete a efetividade da rede de proteção e aumenta o risco de revitimização da criança. Nesse sentido, fortalecer programas de capacitação continuada e ampliar investimentos em saúde, educação e assistência social é fundamental para garantir uma resposta mais efetiva e integrada. Como ressaltam Rodrigues e Conceição (2024), a articulação entre políticas de segurança pública e as áreas de saúde e educação é essencial para romper com a fragmentação atual e assegurar que a criança seja reconhecida como sujeito de direitos, recebendo acolhimento integral e ações preventivas.

CONCLUSÃO

O abuso sexual infantil, ao longo desta pesquisa, revelou-se não apenas como uma violação individual, mas como uma ferida social que compromete de forma profunda a infância, privando a criança de direitos fundamentais, como viver em segurança, desenvolver-se plenamente e construir relações de confiança. Os resultados analisados demonstraram que as consequências dessa violência são imediatas e persistentes, afetando o desenvolvimento emocional, as interações sociais e o desempenho escolar, deixando marcas que frequentemente se prolongam pela vida adulta.

1242

Ao refletir sobre esses impactos, torna-se evidente que o sofrimento infantil não pode ser invisibilizado nem minimizado. A infância, é única e irrepetível, quando atravessada por experiências de abuso, deixa cicatrizes profundas que impõem à sociedade a obrigação de agir com firmeza e humanidade.

Mais do que estatísticas e diagnósticos, este trabalho buscou dar visibilidade às vozes que muitas das vezes são silenciadas e mostrar que o enfrentamento ao abuso sexual infantil exige muito mais do que leis: requer empatia, comprometimento social e redes de apoio efetivas. A escola, a família e a comunidade precisam ser fortalecidas como espaços de proteção, capazes de reconstruir vínculos e devolver à criança a confiança no mundo.

Portanto, isto reforça que especialmente a infância deve ser vista como um período sensível, exigindo atenção imediata e não apenas medidas voltadas às repercussões na vida adulta. Para além da denúncia, torna-se indispensável investir em políticas públicas de

prevenção, acolhimento e capacitação profissional, fortalecendo a escola, a rede de saúde e os serviços de proteção como espaços de identificação e apoio. Concluindo, portanto, que enfrentar o abuso sexual infantil requer uma resposta integrada e contínua, que reconheça a criança como um sujeito de direitos e assegure sua proteção, sua dignidade e possibilidade de desenvolvimento constante.

REFERÊNCIAS

1. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025; 19.
2. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Maio Laranja intensifica ações contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Curitiba: ALEP, 2025.
3. ASSIS SG, AVANCI JQ, PESCE RP. Violência doméstica e desempenho escolar: um estudo com crianças brasileiras. *Rev Saúde Pública*, 2004; 38(5): 639-645.
4. AZEVEDO MA, GUERRA VNA. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 4ª ed. São Paulo: Iglu, 2009; 250 p.
5. BRINO RF, WILLIAMS LCA. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. *Cad Pesqui*, 2003; (119): 113-128.
6. CAVALCANTI ML, GALVÃO IA. A criança vítima de abuso sexual: aspectos emocionais e sociais. *Psicol Foco*, 2007; 1(2): 45-58.
7. DA COSTA PAULA T, REYES ORMENO G, JULIANE NEGREIROS DE MATOS K. Capacitação de profissionais da educação acerca do abuso sexual infantil: uma revisão sistemática. *Rev Eletr Educ*, 2024; 18(1): e576396.
8. DESLANDES SF. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cad Saúde Pública*, 2005; 11(2): 391-399.
9. FERREIRA RJ, TRINDADE ZA. Consequências do abuso sexual em crianças: repercussões no desenvolvimento. *Psicol Estudo*, 2012; 17(4): 657-665.
10. GOMES R, MINAYO MCS. Violência contra crianças e adolescentes: dimensões sociais e práticas de enfrentamento. *Ciênc Saúde Coletiva*, 2017; 22(9): 2889-2898.
11. HABIGZANG LF, CAMINHA RM. Intervenção cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicol Reflex Crít*, 2004; 17(3): 413-422.
12. HABIGZANG LF, et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicol Teor Pesq*, 2006; 22(3): 323-330.

13. MAIA NETO MFG, TORRES MS, LEITÃO CL. Políticas públicas no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. *Saúde Pesqui (Unicesumar)*, 2025; 18: e13162.
14. MINAYO MCS. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev Bras Saúde Mater Infant*, 2002; 2(1): 91-102.
15. ROCHA-COUTINHO ML, SOUZA MA. Identidade e subjetividade em crianças vítimas de violência sexual. *Psicol Reflex Crít*, 2008; 21(1): 80-88.
16. RODRIGUES S, CONCEIÇÃO AF. Políticas públicas de combate ao abuso sexual infantojuvenil: o que os órgãos de segurança pública do estado de Minas Gerais estão fazendo? *Rev Ciênc Polícia*, 2024; 10(1): 21-44.
17. ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.
18. SANTOS AC, et al. As práticas profissionais realizadas em situações de maus-tratos infantis: revisão integrativa. *Ciênc Saúde Coletiva*, 2023; 28(6): 1703-1715.
19. SENADO FEDERAL. CDH debate aumento de denúncias de abusos contra crianças e adolescentes. Brasília: Senado, 2025.
20. SILVA ACR, MELLO SL. Violência sexual e evasão escolar: impactos no desenvolvimento infantil. *Rev Psicol Pesq*, 2013; 7(1): 25-34.
21. VIEIRA LJE, SILVA RM, CAVALCANTI LF, et al. Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. *Ciênc Saúde Coletiva*, 2015; 20(11): 3407-3416.